

entrelinhas

ano XVII | nº76 | mai/jun/jul/ago 2017



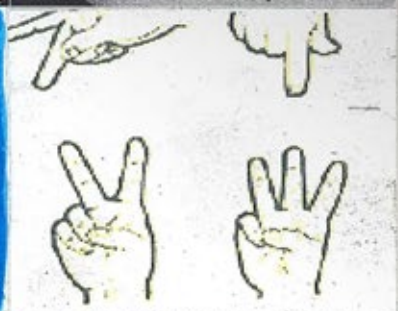
Mala Direta
Básica

9912323789/2013-DR/RS
CRPRS

Correios

Es-
a, é
seu
fi-
atro

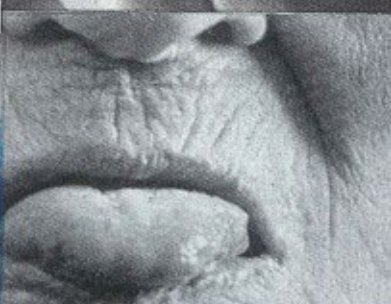
Enfim, a verdade
que lhe contando
nhora feliz. A
abençõem e reze
Terezinha. E Lu



Acessibilidade



écnica sobre canto popula
que me sinto feliz e
esso. Mamãe, deixa a S
enhora com Madrinha
por mim. Beijos prá nos
des?! Abraços pra todos



Editorial

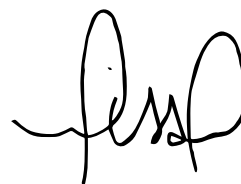
O tema da acessibilidade, apresentado nesta edição, foi eleito como um dos pilares das ações da Gestão AmpliaPsi, perpassando os eixos sociedade, categoria e conselho. Para a sociedade, fortalecemos nossa participação no Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Coepede) e ampliamos a acessibilidade dos materiais produzidos pelo CRPRS. Esta edição do EntreLinhas dá sequência as ações e mostra como a Psicologia pode contribuir na efetivação de políticas de inclusão e acessibilidade.

Além desse tema, a banalização da violência no trabalho, o trabalho da/o psicóloga/o em processos de adoção, aconselhamento para HIV e a Psicologia Humanista são destaques nesta edição do EntreLinhas.

Neste ano, a campanha pelo Dia da/o Psicóloga/o também irá contemplar a diversidade e valorizar nossa atuação em diferentes espaços: na clínica, na escola, nas empresas, nos hospitais, nas políticas públicas, entre outras áreas, mostrando que onde a Psicologia está, ela faz a diferença. A valorização da/o profissional é também uma das prioridades da Gestão AmpliaPsi. Além de campanhas

como essa, recentemente criamos as Diretrizes Externas para a Prática Profissional (DEPP), documentos que firmam o posicionamento do CRPRS frente a temas como a contratação de psicólogas/os pelos órgãos da Administração Pública, por exemplo. Na edição de dezembro do EntreLinhas, iremos apresentar esses instrumentos de orientação, detalhando melhor de que forma categoria e sociedade podem fazer uso dessas recomendações.

Desejo que neste 27 de agosto possamos comemorar conquistas e refletir sobre o que ainda podemos fazer para o fortalecimento de nossa profissão. Parabéns pelo Dia da/o Psicóloga/o!



Silvana de Oliveira
Presidente do CRPRS

TEMOS UMA NOVA MENSAGEM PARA VOCÊ



O **Fala CRP** é o serviço de recebimento de notícias e outras informações do CRPRS pelo **WhatsApp**.

Saiba mais em crprs.org.br/falacrp

04 FIQUE ATENTO

Notas sobre ações realizadas pelo CRPRS

05 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Disciplina sem agressividade

06 REPORTAGEM PRINCIPAL

Acessibilidade

14 ARTIGO

A receita para a banalização da violência no trabalho

16 REPORTAGEM

Psicologia e processos de adoção

18 ARTIGO

Aconselhamento para HIV

20 ENTREVISTA

Psicologia Humanista

24 PSICOLOGIA E PESQUISA

Psicoterapia e idosos

26 DICA CULTURAL

Dicas de atividades culturais

27 DIA A DIA PSI

Contratos e cobrança de honorários

28 ORIENTAÇÃO

Atendimento e avaliação psicológica com intérprete

29 VOCÊ SABIA QUE...

Conheça a Área Técnica do CRPRS

30 ATIVIDADES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES

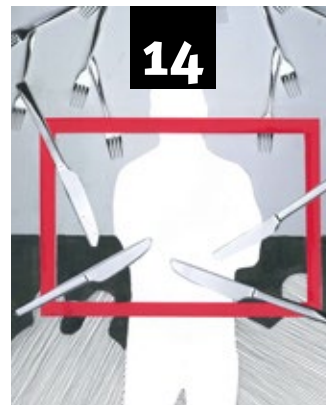
Programa-se



05



CAPA 06



14



16



18



24



27



28

Expediente

Publicação quadrimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão editorial:

Angelo Brandelli Costa, Bruna Larissa Seibel, Letícia Giannchini e Priscila Pavan Detoni

Jornalista Responsável: Aline Victorino – MTB 11602

Estagiária de Jornalismo: Mariana Pacchioni

Projeto gráfico: Giornale Comunicação

Diagramação: Stampa Comunicação

Ilustrações: Ivone Bins


Impressão: Pallotti ArtLaser


Tiragem: 16.000 exemplares

Distribuição gratuita

 crprs.org.br

 twitter.com/crprs

 facebook.com/conselhopsicologiars

 youtube.com/crprs



Comentários e sugestões:

imprensa@crprs.org.br

Aproximação com universidades

Desde o início deste ano, o CRPRS tem promovido diversas ações de aproximação com as universidades. O projeto Visita ao CRPRS encerrou o primeiro semestre deste ano registrando a participação de 178 alunas/os. Em breve será divulgada a agenda das próximas edições do Visita.

Em março, foi realizado um encontro entre as/os coordenadoras/es das instituições de ensino superior do Estado com a Comissão de Formação. O próximo encontro está agendado para 01/09.

Em junho, supervisoras/es acadêmicos de estágio participaram de reunião para debater demandas dos docentes em relação à formação das/os alunas/os e aos campos de prática profissional.

Contatos com a Comissão de Formação do CRPRS podem ser feitos pelo e-mail comissoes@crprs.org.br

PL 30 horas

O Projeto de Lei nº 769/2015 que estabelece jornada semanal de 30 horas para psicólogas/os recebeu em março parecer favorável da relatoria da Comissão de Segurança Social e Família da Câmara dos Deputados e aguarda, agora, a votação da Comissão.

A categoria pode contribuir na mobilização com os parlamentares em torno da aprovação do projeto enviando e-mail aos deputados. Acesse o site <http://site.cfp.org.br/30hpsicologia> e saiba como contribuir para a aprovação deste importante projeto para a categoria.



Mais próximo da categoria

O CRPRS está modificando a sua política de descentralização para aproximar-se de psicólogas/os de todas as regiões do Estado, com a criação de polos! Os polos têm por objetivo a realização de debates, reflexões e orientação técnica para profissionais de Psicologia e, também, ser um espaço para debater com a comunidade temas de interesse da profissão.

Em breve, a política de descentralização para os polos do CRPRS será lançada. Aguarde!

Entrelinhas em 2018

A partir de 2018, o CRPRS somente enviará a versão impressa do EntreLinhas às/aos psicólogas/os que manifestarem interesse em continuar recebendo a publicação pelos Correios.

Acesse crprs.org.br/entrelinhasimpresso e preencha o formulário informando que deseja continuar recebendo o EntreLinhas impresso.

Se preferir, entre em contato com o setor de Comunicação do CRPRS pelo e-mail comunicacao@crprs.org.br ou pelos telefones (51) 3334.6799 ou 0800.001.0707.

Disciplina **sem agressividade**

Sou psicóloga, servidora pública municipal e trabalho há dezesseis anos com crianças, adolescentes e famílias em que ocorrem situações de maus-tratos: violência física, violência psicológica, violência sexual e negligência. Foram três anos de trabalho numa instituição acolhedora e o restante em ambulatório municipal especializado em atenção à criança e adolescente vítimas de maus-tratos. Essa experiência, aliada a meu papel de mãe, contribuiu para que eu desenvolvesse uma forma de relacionamento e educação entre adultos, crianças e adolescentes baseada na firmeza, no limite, na disciplina e em nenhuma forma de agressão. Essa forma de educar vai ao encontro à legislação brasileira que proíbe até mesmo a famosa “palmada pedagógica”.

Muito se fala em limite, mas poucas vezes o limite é explicado em sua prática diária e sistemática. Histórica e culturalmente, o “tapa” e o “xingamento” são formas de limite que pais e educadores conhecem. Assim sendo, percebi a necessidade de que esses fossem informados, instruídos e orientados sobre formas não agressivas de educação. Ou seja, era necessário trabalhar no sentido de retirar os instrumentos “palmada” e “xingamento” e substituí-los por instrumentos adequados de limites e disciplina. Percebendo o tamanho do desconhecimento das famílias sobre educação sem agressividade e percebendo que o trabalho clínico com as famílias atendidas era muito pouco perto da necessidade da sociedade, resolvi escrever um manual para os pais atendidos no serviço. Esse manual foi tão bem aceito pelas pessoas que passei a acreditar que um livro com este conteúdo poderia ser de interesse de alguma editora. Assim, aprofundei o material, referenciei bibliograficamente e

mandei o manuscrito para dez editoras. Depois de alguns meses começaram a chegar as respostas. As cinco primeiras foram negativas. Comecei a pensar que estava errada quanto à qualidade dos textos. Mas, na sequência, vieram duas respostas positivas. Escolhi uma editora e assim nasceu meu livro. E, desde então, ele vem colaborando para desenvolver uma nova consciência sobre a forma de educar e de se relacionar em família. Esta forma de educação está sistematizada e explicada no livro “Educando e Convivendo com Crianças e Adolescentes: limite e disciplina sem agressividade”, publicado em 2010. Também faço palestras com este tema nas quais os exemplos práticos dão base para que todos os pais e educadores possam atuar desta maneira na educação

e no relacionamento com crianças e adolescentes e assim promover o desenvolvimento de seres saudáveis e felizes, tornando o convívio familiar e institucional mais harmonioso, gratificante e recompensador.



JANET MARIZE VIVAN (CRP 07/11204)
Psicóloga (UCS), tem especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (USP).
jvivan@caxias.rs.gov.br

PARTICIPE! Quer compartilhar sua experiência como psicólogo/a?
Envie um relato para imprensa@crprs.org.br



Acessibilidade

A Psicologia pode contribuir na ampliação de políticas de inclusão, auxiliando na desconstrução de políticas paternalistas, assistencialistas e na desconstrução de preconceitos. A/O psicóloga/o que se propõe a trabalhar com pessoas com deficiência precisa ter a compreensão de que a deficiência não se trata de uma doença, mas de limitações – que podem ou não ocasionar sofrimento. Deve conhecer mais sobre o tema, auxiliando no reconhecimento da deficiência, acolhendo a diversidade sem preconceitos.



ESTAR ATENTO ÀS DIFERENTES BARREIRAS E SEUS SIGNIFICADOS TAMBÉM DEVE FAZER PARTE DO TRABALHO DA/O PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA.

Ao trabalhar com conceito social de inclusão e os estigmas atribuídos às pessoas que se diferenciam em função de um corpo com limitações diferentes da maioria, para a psicóloga Mariane Rodrigues, conselheira do CRPRS, atender essas pessoas implica reconhecer em cada uma delas a dimensão de sujeitos com potencialidades. O conceito de deficiência é um conceito em evolução e a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. “Estar atento às diferentes barreiras e seus significados também deve fazer parte do trabalho da/o profissional em Psicologia”, explica Mariane.

O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA É UM CONCEITO EM EVOLUÇÃO E A DEFICIÊNCIA RESULTA DA INTERAÇÃO ENTRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AS BARREIRAS ATITUDINAIS E AMBIENTAIS.



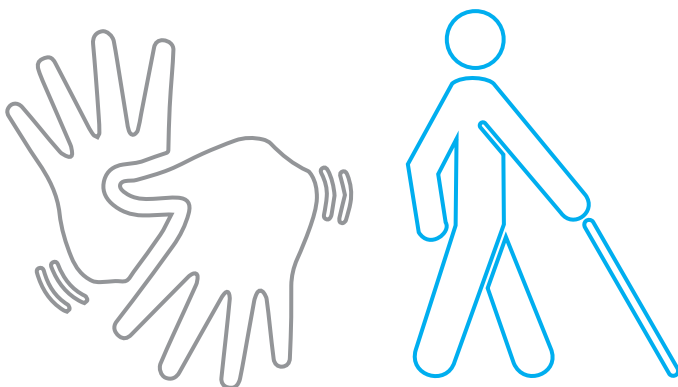
Quando começou a trabalhar com surdos, a psicóloga Simone Girardi logo percebeu que precisava ir além do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras). “Foi necessário conhecer o sujeito e sua cultura a partir de uma imersão na comunidade surda. Além disso, tive que compreender como esses sujeitos entendiam o estar no mundo, já que a percepção deles não é oral e auditiva, mas sim sensorio-visual.” Ao montar seu consultório, Simone preocupou-se em atender a alguns

critérios de acessibilidade. “Procurei um prédio com estacionamento prioritário, piso tátil, rampa de acesso, portas mais largas, elevador, indicações visuais. Além dos cuidados com acústica, para o atendimento de ouvintes, a Libras, por ser visual, exige cuidados com janelas e portas de vidro. Também precisei recorrer às novas tecnologias [WhatsApp, IMO, Skype] a fim de proporcionar comunicação efetiva, especialmente para a marcação das consultas”, destaca.



Brasil tem **46 milhões** **de pessoas** **com deficiência**

(dados do IBGE 2010)



Foi assistindo a um programa de televisão que apresentava um jovem surdo enfrentando conflitos emocionais que a psicóloga Juliana Neves se viu diante de muitas inquietações. Como os surdos tratam seus conflitos psicológicos? Quem os escuta? A escuta como função do terapeuta é diferente para estas pessoas? É necessário fazer adaptações no *setting* psicoterápico? “Logo percebi uma carência significativa de conteúdo. Encontrei pouquíssima coisa sobre Psicologia,

sobretudo, Psicanálise e surdez. Por conta disso, me aproximei mais desse universo para, assim, encontrar minhas respostas”, lembra. “Estar ciente das nuances do contexto social no qual o surdo está inserido, de uma forma geral, se faz necessário para sua compreensão”, ressalta Juliana. Para ela, a principal adaptação, no entanto, é da/o própria/o profissional, que deve aprender a se comunicar garantindo a relação dual própria da psicoterapia psicanalítica, sem a necessidade de um intérprete.



A/O PROFISSIONAL DEVE ESTAR ATENTO ÀS NECESSIDADES DAQUELE QUE O PROCURA. DEVE AMPLIAR SEU REPERTÓRIO PARA MELHOR COMPOR A BATERIA DE TESTES, QUANDO LHE FOR NECESSÁRIA.

O psicólogo João Vitor Haerberle Jaeger, que também atende em Libras, considera necessária uma avaliação dinâmica da demanda para atender. “O profissional deve estar atento às necessidades daquele que o procura. Deve ampliar seu repertório para melhor compor a bateria de testes, quando lhe for necessária. Do contrário, os resultados e sua interpretação podem conduzir a equívocos e diagnósticos desastrosos.”

As/Os psicólogas/os que realizam avaliações psicológicas enfrentam dificuldades em utilizar instrumentos adaptados a pessoas com deficiência. Segundo a psicóloga Cristiane Rangel, responsável técnica da Projecto Soluções em Psicologia, os testes hoje disponíveis não atendem esse público, tornando, assim, a avaliação suscetível a questionamentos e necessitando, por parte das/os profissionais que a realizam, maior flexibilidade e adaptação. “Muitos profissionais focam nas técnicas de entrevista e observação. Outros se valem dos testes padronizados para a população sem deficiências específicas, utilizando os resultados com cautela.” Cristiane observa que a demanda por testes adaptados é crescente e vê alguns pesquisadores brasileiros empenhados em desenvolver estudos com populações específicas para atender essa realidade. “A expectativa é que em breve instrumentos estejam disponíveis a psicólogos.”





A psicóloga Ariane Vieira, diretora da Tamasa, também identifica esse déficit. Ela cita o teste “Colúmbia – Escala de Maturidade Mental” como uma possibilidade de testagem para pessoas com deficiência, mas que não está adaptado para a deficiência visual. Para ela, não parece existir muito interesse por parte das editoras em produzir esse tipo de material. “Para piorar ainda, alguns testes como o ‘PMK’ em Braille já não são mais editados”, afirma.

A psicóloga Isaura Gisele de Oliveira, analista de treinamento e desenvolvimento humano e palestrante, conta que teve que adiar o sonho de ser psicóloga quando a faculdade em que estudava informou que não possuía acessibilidade para que seguisse no curso. Mesmo diante das barreiras educacionais, graduou-se em Pedagogia-Orientação Educacional e Empresarial, bem como se aperfeiçoou em formação em grupos. Passados 20 anos, retomou os estudos na Psicologia. Dessa vez, a maior barreira foi a de ter acesso aos livros. “Familiares e amigos liam ou digitalizavam inúmeras páginas de livros comprados em formato físico para que um software de voz instalado no meu computador pudesse ler o conteúdo, em virtude da escassez de formatos acessíveis mesmo com a lei que assegura esse direito.”

Para Gisele, é preciso que psicólogas/os se capacitem quanto às questões de inclusão a fim de propiciar suporte a familiares e sociedade. “Sinto que psicólogos ainda têm muitas dúvidas de procedimentos técnicos e convivência, além de quais as implicações psíquicas acerca da deficiência”, analisa. Com relação à inserção de psicólogas/os com deficiência no mercado de trabalho, Gisele observa que muitas/os profissionais obtêm oportunidades via concursos públicos, porém a inserção na iniciativa privada ainda é incipiente. “Precisamos provar a todo momento que nos mantemos qualificados e temos competência para exercer a profissão”, revela.

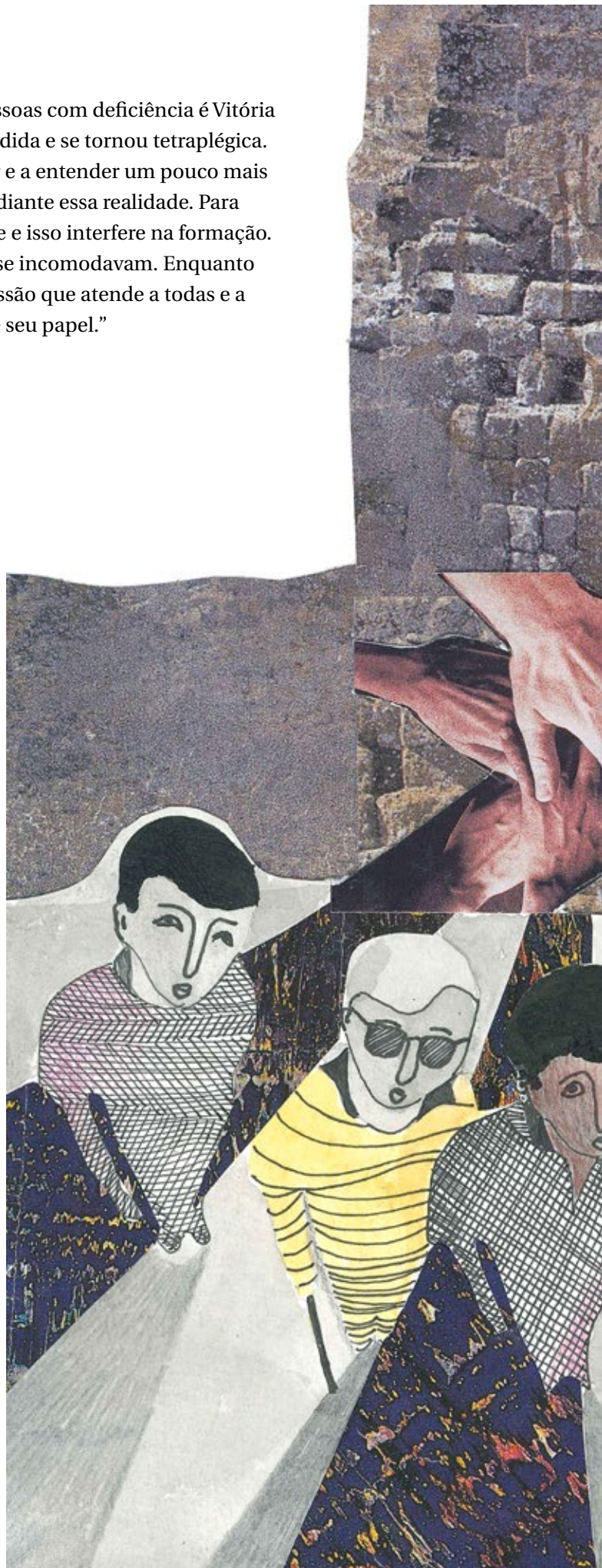
Outra psicóloga empenhada na luta pelos direitos das pessoas com deficiência é Vitória Bernardes. Aos 16 anos, Vitória foi vítima de uma bala perdida e se tornou tetraplégica. Foi ao ingressar na faculdade que começou a se apropriar e a entender um pouco mais sobre o que é ter uma deficiência e as barreiras impostas diante essa realidade. Para Vitória, a Academia ainda não é um espaço de diversidade e isso interfere na formação. “No início eu gravava todas as aulas e alguns professores se incomodavam. Enquanto não conseguirmos entender a Psicologia como uma profissão que atende a todas e a todos e é formada por todas e todos, estaremos aquém de seu papel.”


Vitória atua como psicóloga no Grupo Inclusivass, movimento ligado ao Coletivo Feminino Plural, que tem o objetivo de pontuar as especificidades das mulheres com deficiência. “Não existem políticas públicas voltadas a mulheres com deficiência. É como se nós não existíssemos, mesmo que sejamos quase 14% da população brasileira. Não temos estatísticas sobre quantas mulheres com deficiência sofrem violência ou abuso, mesmo sabendo que muitas são submetidas a isso por seus próprios cuidadores.” Lembra ainda que há muitos casos em que a violência contra a mulher é o que provoca a deficiência. Vitória acredita que a sociedade precisa entender que a deficiência é uma condição ligada à diversidade e não a algo patologizante. Ela também destaca a importância de se dar voz às pessoas com deficiência. “Sem protagonismo, a mudança não acontece de forma plena e legítima”, defende.

Cleci Silva, psicóloga que tem uma patologia degenerativa/progressiva, também acredita na importância da Psicologia promover espaços de discussão para que haja maior sensibilização social sobre o tema e o reconhecimento das pessoas com deficiência enquanto sujeitos de direitos.

Caroline Zangalli, psicóloga que tem má-formação congênita do antebraço e mão esquerda, acredita que a Psicologia precisa trabalhar o olhar do outro sem julgamento prévio. “A sociedade precisa entender que quando a deficiência é somente física, não cognitiva, nossas capacidades são iguais às de todas as outras pessoas.”

A SOCIEDADE PRECISA ENTENDER QUE A DEFICIÊNCIA É UMA CONDIÇÃO LIGADA À DIVERSIDADE E NÃO A ALGO PATOLOGIZANTE.





Para que se amplie o processo de inclusão social de pessoas com deficiência, as políticas públicas são essenciais. “Durante muito tempo considerou-se que a deficiência era um problema individual e familiar, uma fatalidade com que a pessoa deveria se conformar, ficando a seu encargo os esforços por superação e inclusão. À medida em que a sociedade evoluiu para uma ética mais madura e humana, considerou-se que todas as pessoas – inclusive as com deficiência – são sujeitos de direitos e que o Estado deve zelar pela igualdade de oportunidades”, afirma o doutor em Psicologia Paulo Kroeff.

Paulo entende que experienciar limitações faz parte do viver humano. “Ajudar a pessoa a se conscientizar da necessidade de realizar sentidos, e de sua responsabilidade quanto a isso, vendo-se como um ser humano integral, sempre tendo possibilidades a realizar, é um dos grandes papéis que a Psicologia pode exercer no trato com o ser humano.”

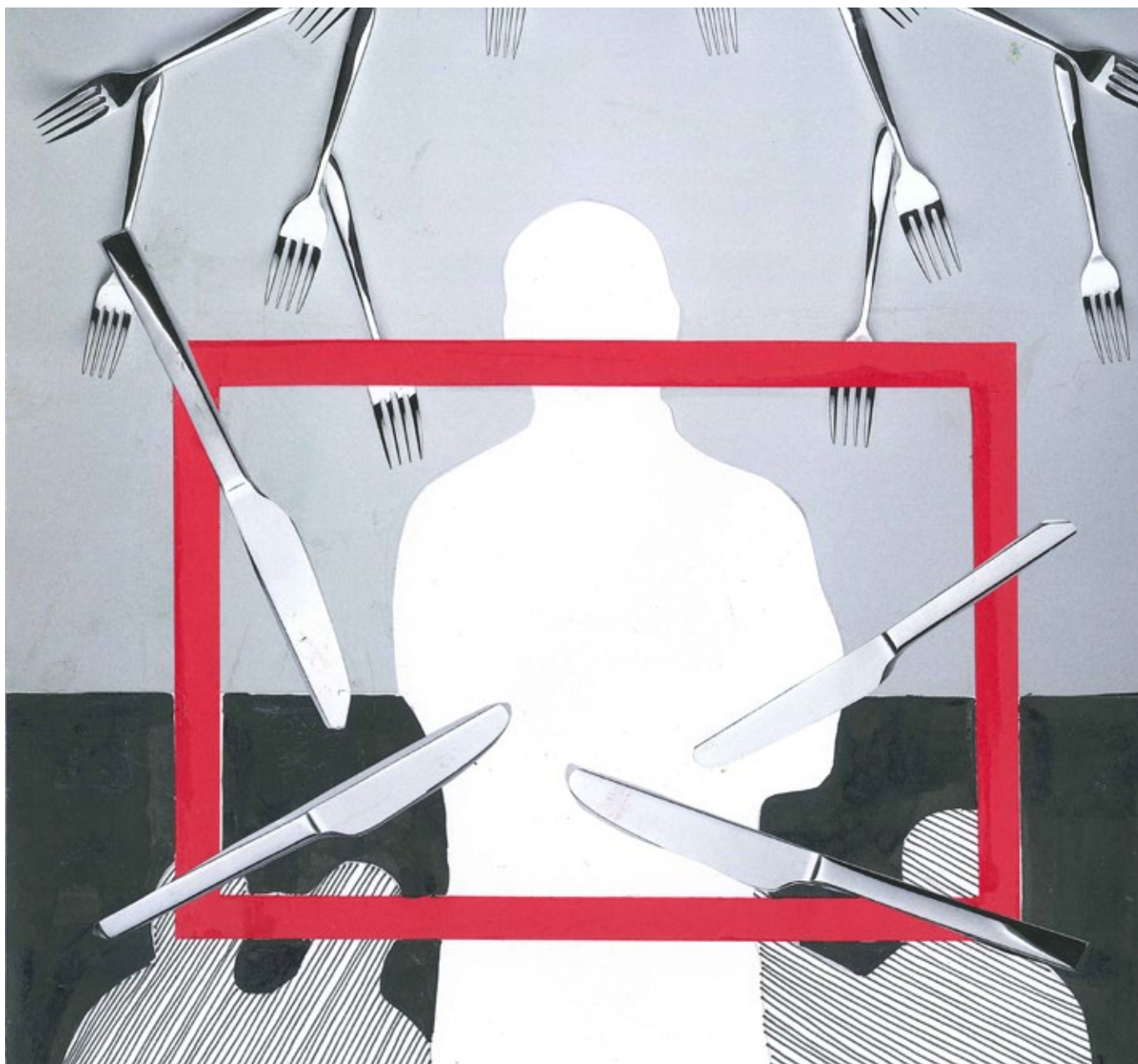
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Coepede) por duas gestões, Paulo ressalta o trabalho do Conselho em preservar os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. “Não temos ainda consolidada uma Cultura de Direitos. Há ainda muitas barreiras de todos os tipos [arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais e outras] que dificultam a inclusão da pessoa com deficiência e a pior de todas é a barreira atitudinal, a de ver o ser humano com deficiência como um ser de menor valor e dignidade.”

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) foi um importante marco nacional ao reconhecer plenamente os direitos da pessoa com deficiência. “Consagra-se o direito à inclusão social plena, já não se admitindo legalmente omissões e discriminações. Apesar do muito que já se avançou, uma grande parte da implementação de tudo que está previsto nesses marcos legais ainda está para ser realizada”, acredita.

Leia mais

- Nota Técnica “Construção, adaptação e validação de instrumentos para pessoas com deficiência”, do Conselho Federal de Psicologia, disponível em <http://bit.ly/2scN3Ka>
- Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).
- Declaração da ONU 2006.

A receita para a **banalização da violência** no trabalho



Vivemos todos um grande *reality show* – que vença o melhor! E se você não for o melhor, lamento – “neste jogo há lugar para poucos”.

Os *reality shows* culinários, atrações já consagradas nos EUA, conquistaram os brasileiros rapidamente. Nos divertimos e nos emocionamos em cada etapa, afinal, é um verdadeiro espetáculo – claro que é! Os cozinheiros correm sozinhos contra o tempo, tomam decisões sem refletir, se desesperam, torcem para que o colega fracasse – não por mal, mas como dizia Zygmunt Bauman, “melhor que seja o outro o eliminado e não eu”!

Em meio a tudo isso – “Opa, cortei o dedo, desmaiei em função do calor, tive uma crise de choro, me esqueci de tudo o que sabia fazer, perdi o movimento do braço!” Calma, calma, calma, está tudo bem! Neste show, “a pressão é grande, talvez você não tenha estrutura emocional para suportá-la”. Provavelmente dirão que você “não aguentou a pressão” ou ainda, que não soube como “fazer amigos e influenciar pessoas”. Os avaliadores, por sua vez, se deliciam diante da oportunidade de julgar o melhor, sempre ávidos pela elaboração das melhores críticas e, por que não, das melhores agressões.

O que passa quase despercebido é que toda esta produção retrata um local de trabalho, ora, estão ali todos os elementos – trabalhadores, gestores, políticas de Recursos Humanos, prêmios, remunerações e desligamentos. E nós, na frente da televisão, seguimos nos divertindo – afinal, são os outros...

Como podemos nos deliciar com tamanha violência? É o jogo de “vença o melhor”. E não o melhor no sentido moral, se é que podemos falar em uma moral. Vence o inesperado, não importando quais relações construiu, o quão generoso, honesto, solidário ou ético foi. Não à toa, vivenciamos os maiores índices de acidente, adoecimento e morte no trabalho de todos os tempos. A depressão se mantém entre as principais causas de afastamento do trabalho. São tempos de refeições sem sobremesa!

COMO PODEMOS NOS DELICIAS COM TAMANHA VIOLÊNCIA? É O JOGO DE “VENÇA O MELHOR”. E NÃO O MELHOR NO SENTIDO MORAL, SE É QUE PODEMOS FALAR EM UMA MORAL.

O trabalho que antes era um lugar de cidadania se transformou em um espaço de conquista do sucesso individual. É no trabalho que o homem moderno busca mostrar o quanto é melhor do que os outros. É também no trabalho que encontramos, em muitas organizações, estratégias de gestão pautadas na individualização e na quebra dos coletivos de trabalho. Este é o drama moderno do sofrimento no trabalho: somos confrontados sós e atingidos em nossas identidades. Nosso fracasso no trabalho se transforma em um fracasso pessoal, vivenciado sozinho. É, de fato, a precarização da vida refletida na tela da televisão.

Desligar o botão da televisão e dormir para no outro dia chegar ao trabalho e não se espantar mais com a violência que se espalha silenciosa entre a organização e as relações de trabalho. Um dia assistimos ao show, no outro, somos integrantes do mesmo espetáculo. Vivemos todos um grande *reality show* – que vença o melhor! E se você não for o melhor, lamento – “neste jogo há lugar para poucos”.

CARMEM REGINA GIONGO

Psicóloga (Feevale), especialista em Psicologia Organizacional pela UFRGS, mestre em Psicologia (Unisinos) e doutora em Psicologia Social e Institucional (UFRGS).
ca.aiesec@gmail.com

Psicologia e processos de adoção

Em um processo de adoção, a/o psicóloga/o atua em diferentes etapas: realizando a avaliação psicológica dos futuros pais para identificar os motivos para adoção, avaliando a criança ou adolescente que necessita ser colocado em família substituta para averiguar se realmente essa é a melhor opção ou acompanhando a família no pós-adoção.

Trabalhando em serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, a/o psicóloga/o deve tratar a adoção como um dos encaminhamentos possíveis para crianças que estão acolhidas. “Essa não pode ser tomada como a única solução e nem como a primeira alternativa. Partindo desse pressuposto, o risco é de termos processos de acompanhamentos e encaminhamentos equivocados”, afirma a psicóloga Bruna Moraes Battistelli. Para ela, é preciso estabelecer um trabalho de acompanhamento com a família antes de se decidir pela destituição do poder familiar ou não, evitando decisões baseadas em estigmas e preconceitos. “Mães usuárias de drogas são potenciais vítimas de terem seus bebês destituídos, sem um processo de acompanhamento adequado. Deve-se pensar nas possibilidades e potências que a família apresenta e fortalecer vínculos, como bem preconiza a legislação, para depois se pensar em processo de adoção”, defende Bruna. Ao identificar a adoção como uma

possibilidade, a/o psicóloga/o trabalha no reconhecimento das intenções da família adotante, avaliando que lugar esse filho ocupará. É importante que a/o profissional trabalhe com as expectativas da família em relação ao filho. “As questões da história de vida desse novo filho, o reconhecimento de uma história anterior à adoção. Todo o processo de aproximação dessa nova família deve ser falado com a criança, mesmo com os bebês. Uma fala verdadeira e dirigida à criança ou ao adolescente, com atenção aos sinais dela sobre esse processo”, ressalta a psicóloga Luciane Chiapinotto.

Atuando na Central de Atendimento Psicossocial Multidisciplinar do Tribunal de Justiça do RS, a psicóloga jurídica Verônica Petersen Chaves explica que em um processo de adoção, a habilitação dos pretendentes ocorre em diferentes etapas. Além da realização da avaliação psicológica, a/o psicóloga/o atua na preparação dos pretendentes. “Essa preparação é feita por



DEVE-SE PENSAR NAS
POSSIBILIDADES E
POTÊNCIAS QUE A FAMÍLIA
APRESENTA E FORTALECER
VÍNCULOS, COMO BEM
PRECONIZA A LEGISLAÇÃO,
PARA DEPOIS SE PENSAR
EM PROCESSO DE ADOÇÃO.



meio de um processo pedagógico e reflexivo acerca da adoção, em grupos, com a participação de diversos profissionais, de acordo com a realidade de cada comarca”. Essa etapa pode envolver juízes, promotores, defensores, psicólogas/os e assistentes sociais do judiciário, outros profissionais da rede de Assistência Social e até mesmo de universidades, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em muitos casos, a interdisciplinaridade acaba se tornando uma dificuldade para as/os psicólogas/os, que precisam administrar diferentes interferências e variáveis de ordem social e institucional. “O diálogo interdisciplinar necessita ser trabalhado dia a dia, conhecendo as diferentes matizes legais, sociais e institucionais da questão. A Psicologia precisa evoluir em suas contribuições com um maior debate acerca dos limites e possibilidades de estudos e de evolução científica do tema em nosso contexto brasileiro.”

Quando o processo de adoção já foi realizado, a/o psicóloga/o pode dar suporte às famílias, trabalhando com desafios e demandas que surgem no dia a dia. “A criança carrega a sua história de vida pré-adoção e os pais precisam se sensibilizar com esses sentimentos, que em alguns momentos serão de medo, dúvida, dor ou perda”, afirma a psicóloga perita Márcia Pinto. A psicóloga observa que nos últimos anos houve um crescimento do interesse pelo tema da adoção, com o interesse das pessoas em se familiarizarem com o assunto e, no pós-adoção, na busca por suporte para poder lidar melhor com as demandas que vão surgindo com os filhos.

Acolhimento institucional

Em espaços de acolhimento institucional, há a necessidade de um trabalho intersetorial entre Poder Judiciário e Serviços de Acolhimento, com definição de papéis e acompanhamento efetivo de uma das equipes por período definido. Bruna Moraes Battistelli destaca que, nesses locais, a/o psicóloga/o é parte de uma equipe de trabalho e deve estar atenta/o não só ao acompanhamento dos casos, mas também a como a rotina do serviço é constituída. “Vejo que muito das dificuldades das crianças e adolescentes é minimizado com um acompanhamento sistemático do processo de acolhimento. Assim, o psicólogo precisa organizar sua rotina para que consiga mediar esses processos que se colocam. É um trabalho bastante complexo, pois, diferentemente de outros serviços, os usuários [crianças e adolescentes] permanecem e quem vai embora ao final do dia são os profissionais. Isso altera o processo de vinculação, o entendimento das situações de maneira muito peculiar.” A/O profissional precisa, portanto, flexibilizar sua prática seguindo as orientações técnicas peculiares ao acolhimento e, principalmente, o seu Código de Ética. “Muitas vezes tratamos com situações graves, que podem envolver práticas judicializadas e relações medicalizantes. [...] O psicólogo, independentemente da sua aproximação teórica, precisa entender os processos de violência, de constituição de práticas de cuidados familiares e conseguir realizar os encaminhamentos necessários.”

Aconselhamento para HIV

Apesar do avanço significativo das medidas de prevenção e tratamento, a epidemia de HIV/Aids ainda desafia a sociedade e o meio científico-acadêmico, em especial o campo da Psicologia, tendo em vista tratar-se de uma doença fortemente influenciada por complexos fatores psicossociais, dos quais decorrem as experiências de quem vive com o vírus.

A Psicologia tem contribuído com seu olhar sobre a subjetividade e a sua perspectiva ampliada do processo saúde/doença, identificando as vulnerabilidades dos sujeitos, promovendo a ruptura do modelo de medicalização social que inclui as ideias de transgressão e punição e a discriminação dos indivíduos, inserindo-se em ações de educação em saúde, discussões junto a equipes, interconsultas, capacitações, pesquisas, psicoterapia e, em especial, com o aconselhamento.

O aconselhamento é preconizado mundialmente como uma porta de entrada a diversas estratégias de resposta à epidemia: oferecimento voluntário e informado da testagem anti-HIV; promoção da adesão ao tratamento da doença; diminuição da cadeia de transmissão; orientação personalizada; e redução do estigma, do preconceito e dos impactos sociais e pessoais do HIV.

O ACONSELHAMENTO É PRECONIZADO MUNDIALMENTE COMO UMA PORTA DE ENTRADA A DIVERSAS ESTRATÉGIAS DE RESPOSTA À EPIDEMIA.

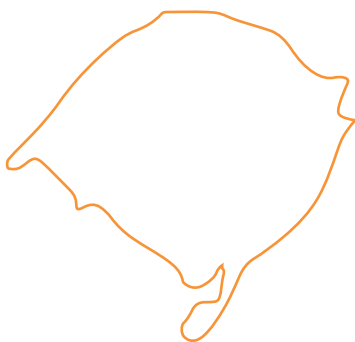


**PORTO ALEGRE É A
CAPITAL BRASILEIRA
COM MAIOR TAXA DE
DETECÇÃO: 74,2 CASOS
PARA CADA 100 MIL
HABITANTES**



Casos de Aids
acumulados no

Brasil:
842.710



Rio Grande do Sul

tem a 2ª maior taxa
de detecção do Brasil:

38,3 casos
para cada 100 mil habitantes

O Centro de Testagem e Aconselhamento para HIV (CTA), normatizado pelo Ministério da Saúde, tem se constituído num equipamento fundamental na prevenção, na medida em que ultrapassa estratégias biomédicas como PrEP e PEP (Profilaxias Pré e Pós-exposição), abordando a subjetividade/sexualidade como referência estruturante da prática de prevenção.

O Ministério da Saúde constituiu em 2016 um Grupo de Trabalho com a participação de representantes de CTAs, gestores, pesquisadores e representantes da sociedade civil, que visa à reorganização e à revitalização dos CTAs, tendo em vista que os considera estruturas estratégicas no controle da epidemia.

Infelizmente, nos últimos anos, temos assistido ao progressivo “sucateamento” do CTA da Prefeitura de Porto Alegre, o CTA Paulo César Bonfim, que, na contramão da política do Ministério da Saúde, culminou na decisão por seu fechamento. Além da testagem, aconselhamento e a realização de grupos de mútua ajuda, o CTA tem exercido um importante papel no matriciamento junto à atenção primária, no acolhimento de usuários egressos de serviços de emergência e em abandono de tratamento. A atenção primária infelizmente não tem conseguido dar conta de mais essa demanda, por falta de recursos humanos, de capacitação e, inclusive, pela resistência de usuários, que não confiam no sigilo dos serviços, que estão localizados no território de suas moradias.

Considerando os números da epidemia em Porto Alegre, essa medida é lamentável! De fato, a Psicologia ainda precisa lutar muito para efetivamente ocupar espaços junto às políticas públicas em saúde, colaborando na superação de abordagens meramente biomédicas.

JENNY MILNER MOSKOVICS

Psicóloga (UFRGS), Doutora em Psicologia (PUCRS/UAM), ex-professora da PUCRS, psicóloga junto ao CTA Municipal Paulo César Bonfim/Serviço de Atendimento Especializado em DST/Aids (PMPA).
jenny.poa@gmail.com

Outros dados disponíveis em Boletim
Epidemiológico HIV/AIDS 2016, em
<http://bit.ly/2rk7zCR>

Psicologia Humanista



Comunicação CRPRS

O CRPRS entrevista José Arvedo Flach, o Irmão Henrique Justo, precursor da Psicologia Humanista no Brasil. Realizou cursos de especialização em Barcelona (Psicologia Aplicada e Psicotécnica, 1956 – 1957), Paris (Psicologia Clínica, 1966 – 1967) e San Diego (Psicoterapia Centrada na Pessoa, 1976). Foi um dos fundadores e posteriormente diretor do curso de Psicologia da PUCRS e precursor da Psicologia Humanista no Rio Grande do Sul.

Como surgiu o seu interesse pela Psicologia?

Eu sou daquela época na qual não existia curso de Psicologia. Fiz o Ensino Médio em Canoas e depois a Escola Normal, em que havia bastante Psicologia. Como não existia curso de Psicologia para fazer na faculdade, eu optei pelo curso de Pedagogia, concluído em 1947 na PUCRS. Depois, fui convidado a ser professor de Psicologia no curso de Pedagogia. Nessa época utilizava como referência obras de Mira y López e Arthur Ramos. Como haviam poucos livros, comecei a preparar apontamentos que acabaram se transformando em livros. Nós, professores de Psicologia da Pedagogia, Filosofia e Licenciaturas, decidimos nos aperfeiçoar. Convidamos, então, o professor Bela Székely, um psicólogo húngaro que se radicou na Argentina. No final daquele curso, em 1953, o Conselho Universitário optou por abrir um curso de pós-graduação em Psicologia, já que não havia lei para ter um curso de graduação na área. Em 1956 veio um psicólogo de Viena chamado Igor Caruso, de origem russa, mas que tinha estudado Filosofia em Lovaina, na Bélgica. Bela Székely causou todo o rebuliço dos psicanalistas porque ele não era ortodoxo, era mais aberto. Na época, a Psicanálise era uma atividade médica e psicoterapeutas não psiquiatras eram malvistas. E Igor Caruso veio com outra visão com base da filosofia existencialista.

Como iniciou sua aproximação com a Psicologia Humanista?

Quando li o livro “Análise Psíquica e Síntese Existencial”, de Igor Caruso, comecei a me interessar por essa visão, mas o achei demasiado espiritual, em contraposição a Freud, que achei demasiado materialista e determinista, ou seja, você é isso hoje porque foi aquilo no passado. Em 1955, no Primeiro Congresso para as Leis de Psicologia em Curitiba, apresentei um trabalho-teste da pirâmide de cores, inventado por um suíço e trabalhado, ampliado e aperfeiçoado pela Universidade de Friburgo, na Alemanha. No ano seguinte, consegui uma bolsa na Espanha, onde tive contato direto com os autores dos livros principais desse teste.

Depois, conheci o livro “Psicologia e Personalidade”, de Roberto Zavalloni, e lá havia um capítulo sobre Carl Rogers.

Na época, mandei vir vários livros de Rogers dos Estados Unidos. Ele era muito aberto, centrado na pessoa e não no modelo médico, como era o caso do Freud. Acompanhava a pessoa em sua caminhada, fazendo refletir sem interferir, sem dar conselhos. Mais adiante, já em 1966, ganhei uma bolsa para estudar em Paris, era um curso de especialização em psicologia clínica na perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa, oferecida pela Association Médico-Psychologique. Entre os professores, conheci André de Peretti, que estagiou com Carl Rogers nos Estados Unidos.

QUANDO LI O LIVRO “ANÁLISE PSÍQUICA E SÍNTESE EXISTENCIAL”, DE IGOR CARUSO, COMECEI A ME INTERESSAR POR ESSA VISÃO, MAS O ACHEI DEMASIADO ESPIRITUAL, EM CONTRAPOSIÇÃO A FREUD, QUE ACHEI DEMASIADO MATERIALISTA E DETERMINISTA, OU SEJA, VOCÊ É ISSO HOJE PORQUE FOI AQUILO NO PASSADO.

O senhor teve contato direto com Carl Rogers? Como foi?

Sim, fiz o curso com ele e sua equipe em 1956, 1966 e 1976 na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos. Ele era supercoerente e modesto. Se você dizia uma coisa para ele, ele escutava bem, sabia escutar. Estava sempre com a caderneta no bolso anotando as coisas. Em 1976, eu e outros brasileiros tivemos a ideia: que tal levarmos o Carl Rogers para o Brasil? Planejamos para ele ir ao Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, mas ele disse que Porto Alegre não o interessava porque o sul do Brasil era mais parecido com a Europa. Disse que gostaria de conhecer o nordeste. Então, optamos por Recife. Mas deu certo. Tivemos um grande público, muita divulgação, ele deu muitas entrevistas. Era um homem muito humilde, não queria que o nome dele fosse vinculado a nenhuma instituição, nenhum consultório.

A abordagem humanista era considerada inovadora para a época?

Quando dava aulas no curso de Pós-Graduação e Graduação de Pedagogia na PUCRS, um dia uma aluna me chamou e disse que eu era o único que falava uma linguagem diferente dos professores. Eu pensei, não é uma linguagem diferente, é uma visão diferente, bem diferente, mas me aceitavam bem por ter essa visão. Foi em Paris que tive embasamento teórico e prático para seguir nessa linha. Lá todos os professores eram fantásticos, coerentes com essa visão. Em 1976, quando me tornei diretor do Instituto de Psicologia, decidi ampliar as possibilidades, pois lá havia só Psicanálise e pensei: como as pessoas vão escolher se não tem várias opções? Aí foi adiante o movimento da Psicologia Humanista, que hoje está bem encaminhado.

UM DIA UMA ALUNA ME CHAMOU E DISSE QUE EU ERA O ÚNICO QUE FALAVA UMA LINGUAGEM DIFERENTE DOS PROFESSORES.

De que forma acompanhou a regulamentação da profissão de Psicologia no Brasil?

Em 1955, durante Congresso em Curitiba, a irmã Maria Dória, de São Paulo, apresentou um projeto de lei para constituição de cursos de Psicologia. Esse projeto foi muito debatido e depois encaminhado para o Governo. Nesse mesmo ano, houve um encontro de professores de Psicologia na Universidade de Brasília, onde tratamos de programa e currículo para a criação dos cursos. Até hoje me espanto com a rapidez com que a coisa caminhou, pois em 1962 já saiu a lei. Houve também a pressão dos que tinham feito pós-graduação em Psicologia. É uma lei muito boa, mas que pode ser aperfeiçoada. Viajei muito pelo mundo e por onde passei me interessei em estudar sobre a Psicologia e em quase todos os países o psicólogo é monitorado por um médico, psiquiatra de preferência, não tem autonomia como nós temos autonomia.

VIAJEI MUITO PELO MUNDO E POR ONDE PASSEI ME INTERESSEI EM ESTUDAR SOBRE A PSICOLOGIA E EM QUASE TODOS OS PAÍSES O PSICÓLOGO É MONITORADO POR UM MÉDICO, PSIQUIATRA DE PREFERÊNCIA, NÃO TEM AUTONOMIA COMO NÓS TEMOS AUTONOMIA.

QUANDO EU ERA
DIRETOR DO INSTITUTO
DE PSICOLOGIA, HAVIA
APENAS TRÊS CURSOS DE
PSICOLOGIA NO ESTADO.

E como a categoria se organizou para fortalecer a profissão?

Começamos fundando a Sociedade de Psicologia, em que eu fui tesoureiro, diretor de publicações e vice-presidente. Quando eu era vice-presidente da Sociedade de Psicologia foi aprovada a Lei de 1962. Anos depois, foi fundado o Sindicato dos Psicólogos, primeiro passo para a posterior organização do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia. Quando eu era diretor do Instituto de Psicologia, havia apenas três cursos de Psicologia no estado, a PUCRS, a UFRGS e a Unisinos. Hoje em dia tem muitos, é impressionante.

Como o senhor vê a formação das/os psicólogas/os hoje?

Sempre me preocupou a nossa identidade. Em qualquer profissão, advogado, médico, tem uma faixa que só eles de fato atuam. Um especialista em cirurgia estomacal, por exemplo, não vai fazer uma cirurgia cardíaca, pois essa não é a área dele. Na segunda edição do livro “A identidade do Psicólogo”, fiz um esqueminha modesto sobre a nossa identidade, sobre a nossa faixa. Eu sempre me questiono, com a experiência que tive como diretor no Instituto de Psicologia, sobre a competência dos profissionais que saem para o mercado. Na época já era complicado achar bons locais de estágio, o que é muito importante para a formação do psicólogo, mas e agora?

Acredito que falte para a Psicologia um tipo de residência. Um engenheiro, por exemplo, não sai construindo um arranha-céu, uma ponte sobre o Guaíba. E nós temos liberdade para sair fazendo qualquer coisa. Fico com receio pensando no futuro. Será que um dia não haverá tanta falha entre os psicólogos que irão nos limitar, como acontece em outros países?

Comunicação CRPRS



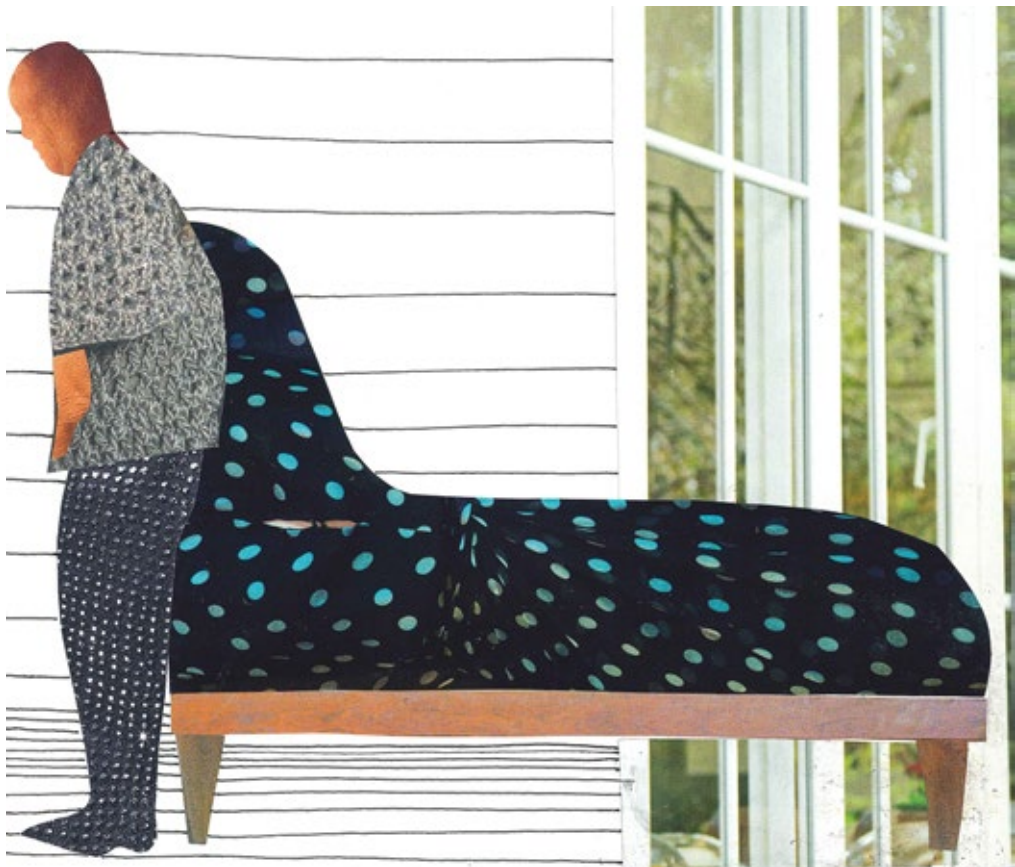
Assista ao vídeo com depoimento de Irmão Justo contando sobre sua aproximação com a Psicologia Humanista, disponível em:
youtube.com/crprs

Psicoterapia e idosos

O movimento de Prática Baseada em Evidências tem, atualmente, produzido grandes discussões na literatura internacional da Psicologia. Nesse contexto, o debate sobre o tipo de intervenção psicológica para determinadas queixas tem modificado o modo tradicional de escolha do tratamento, não considerando apenas a predileção teórica e a experiência profissional, mas somando-se a esses critérios as pesquisas existentes e as idiossincrasias dos pacientes.

No artigo “Prática Baseada em Evidências em Psicologia e Idosos: Conceitos, Estudos e Perspectivas”, são apresentados estudos desenvolvidos com intuito de reunir e estabelecer as melhores informações científicas sobre esse tema. Especificamente com a população idosa, o periódico *Psychology and Aging*, da APA (*American Psychological Association*) propôs, em 2007, uma seção especial que reuniu quatro revisões sistemáticas que, somadas a um estudo anterior, visavam situar os tratamentos mais efetivos para cinco queixas clínicas: depressão, insônia, ansiedade, sobrecarga do cuidador e distúrbios comportamentais na demência.

O artigo “Prática Baseada em Evidências em Psicologia e Idosos: Conceitos, Estudos e Perspectivas”, publicado na revista *Psicologia Ciência e Profissão*, do Conselho Federal de Psicologia, apresenta o desenvolvimento histórico do movimento da Prática Baseada em Evidências em Psicologia (PBEP), bem como a integração deste modelo à atuação psicoterápica junto à população idosa.



Os principais resultados desses estudos sugerem que Terapias Comportamentais e Terapias Cognitivo-Comportamentais produziram melhora significativa, além dos ganhos serem mantidos por maior período do que terapias psicodinâmicas breves. Somadas a essas terapêuticas, foi observada efetividade em processo com Terapias por *Insight* (psicanálise), Terapia de Resolução de Problemas, Terapia Cognitiva e Biblioterapia Cognitiva.

Após analisar todas as revisões, foi constatado um grande descarte de estudos, visto que mais de 50% das produções foram excluídas por não se adequarem aos critérios de qualidade metodológica de seleção. A inclusão de estudos cujas amostras foram constituídas apenas de grupos com o mínimo de 30 participantes teve influência significativa no número de pesquisas analisadas, atendendo a critérios provenientes das revisões médicas, além de não considerar especificidades de áreas da Psicologia que delineiam suas experimentações por meio de estudos de caso único.

ESTUDOS SUGEREM QUE TERAPIAS COMPORTAMENTAIS E TERAPIAS COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS PRODUZIRAM MELHORA SIGNIFICATIVA. SOMADAS A ESSAS TERAPÊUTICAS, FOI OBSERVADA EFETIVIDADE EM PROCESSO COM TERAPIAS POR *INSIGHT* (PSICANÁLISE), TERAPIA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, TERAPIA COGNITIVA E BIBLIOTERAPIA COGNITIVA.

Outra consideração se refere à utilização de manuais para a padronização das intervenções. Não são todas as áreas da Psicologia que utilizam protocolos padronizados para atendimento clínico, visto a pluralidade de conceitos teóricos que inviabiliza a utilização de procedimentos uniformizados, sem a adequação para cada cliente. Ainda sobre os manuais, os estudos de revisão pouco apresentam dados sobre o processo terapêutico, limitando-se, na maioria dos casos, à referência do protocolo.

O estudo observou ainda que, apesar de os artigos descreverem brevemente o processo de revisão dos estudos, as revisões não discutiram as estatísticas utilizadas nesse processo, além de pouco apresentar os valores que indicam evidência favorável para as terapêuticas analisadas.

Outro fator observado foi o fato da não utilização de meta-análises (técnica estatística desenvolvida para agregar resultados de estudos quantitativos similares na forma de um resumo dos resultados de tais estudos) como forma de avaliação do nível de evidência de cada estudo.

A análise de outras nuances nos estudos que abordam os resultados de intervenções psicoterápicas com a população idosa parece ser uma alternativa importante para o desenvolvimento de novas modalidades psicoterapêuticas para essa população. De modo semelhante, a adoção de novos critérios para os estudos de revisão sistemática que visem mensurar o efeito das intervenções junto aos idosos pode fornecer indicativos de quais são as modalidades psicoterapêuticas empiricamente sustentadas para determinadas queixas desse público. Sobre os critérios, destaca-se aqui a inserção de estudos com delineamentos experimentais de caso único ou com outros arranjos, não limitando a amostra a apenas ensaios clínicos randomizados, e a utilização de métricas estatísticas em meta-análises, quando possível, como forma padronizada de mensuração do efeito das variadas modalidades de intervenção. Entretanto, faz-se necessário que os critérios considerem elementos culturais, sociais e econômicos, visto que a velhice se configura a partir de uma diversidade de processos em que esses fatores se inter-relacionam.

Apesar de apresentar os principais estudos existentes sobre a temática, o artigo limita-se a uma discussão teórica acerca dos temas abordados. Dessa forma, o desenvolvimento futuro, sobretudo nacionalmente, da Psicologia como profissão e prática científica depende do empenho contínuo dos profissionais da Psicologia principais envolvidos, em vistas a real aproximação da prática profissional à ciência psicológica.

THIAGO VINICIUS MONTELEONE

Mestre pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo – SP. Brasil.
thiagomontealeone@gmail.com

CARLA WITTER

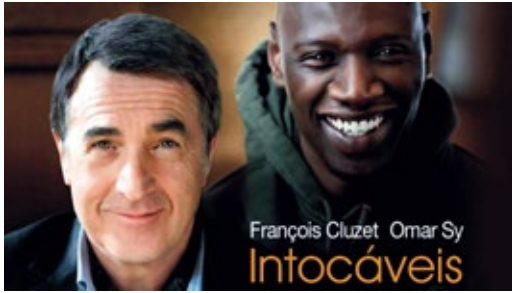
Doutora pela Universidade de São Paulo. São Paulo – SP.
Docente da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo – SP. Brasil.
cwitter12@gmail.com

Envie sugestões de artigos para serem divulgados neste espaço para imprensa@crprs.org.br

As sugestões serão avaliadas e selecionadas pela Comissão Editorial do Entrelinhas.

Intocáveis

Divulgação



A produção cinematográfica francesa Intocáveis, dirigida por Éric Toledano e Olivier Nakache, aborda de forma leve e surpreendente vários temas pertinentes ao fazer psicológico: a deficiência física, o preconceito, as disparidades sociais, a acessibilidade, a pobreza, a violência. Baseado em fatos reais, o filme fala sobre o encontro de Philippe, um milionário tetraplégico, e Driss, um jovem negro da periferia de Paris. O desfecho improvável desse encontro é uma história bem-humorada de superação e apoio. Apesar de seus antecedentes pouco recomendáveis, Driss torna-se, para Philippe, uma possibilidade de ser visto para além da cadeira de rodas, sem a piedade limitadora que a maioria lhe impunha. Igualmente, o milionário oferece ao jovem o reconhecimento de si como um homem capaz e confiável, desvinculado de suas rotulações sociais. Um drama que oferece profundas reflexões sobre as barreiras impostas pela sociedade e as possibilidades de saúde para além das condições físicas ou sociais.

Oliver Sacks

e seu talento para transformar sintoma em arte

Médico escritor, escritor médico. Oliver Sacks aliou suas duas paixões, fazendo de conhecimentos científicos histórias fabulosas. Formou-se em Medicina em Oxford, Inglaterra. Lecionou Neurologia e Psiquiatria na Universidade Columbia, EUA. Lançou 13 livros a partir das histórias de muitos de seus pacientes com quadros clínicos diversos, mas que tinham em comum a difícil tarefa de se adaptarem a condições neurológicas. “Podemos aprender muito com os infortúnios dos meus pacientes. As descrições do problema de um podem soar familiares para outros, que podem se sentir confortados se as histórias transmitirem resiliência. Escrevo, em parte, para dizer que nada é o fim do mundo”, disse Sacks. Dentre suas obras mais destacadas, estão: “Tempo de Despertar” (1973), “O Homem que Confundiu sua Mulher com um Chapéu” (1985), “Vendo Vozes” (1989) e “Um Antropólogo em Marte” (1995).



Divulgação

40 anos de Psicologia da UFRGS

Está disponível a versão digital do livro Curso de Psicologia da UFRGS 40 anos. Aspectos históricos, documentos e fotos, o Instituto de Psicologia, seus diferentes cursos e instâncias acadêmicas e administrativas,

laboratórios, núcleos de pesquisa e programas de extensão e a lista de livros publicados e/ou editados pelos professores são apresentados na publicação.

Acesse em: <http://bit.ly/2rkbTDz>

Contratos e cobrança de honorários



A/O psicólogo/a não é obrigada/o a fazer um contrato por escrito referente à prestação de serviços. Porém, caso opte por formalizar essa relação por meio de um contrato por escrito, deve ter alguns cuidados.

A advogada Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira, secretária-geral adjunta da OAB/RS, explica que no contrato deve sempre constar o nome completo das partes, número de CPF e endereços. As cláusulas devem prever o tratamento que será prestado, o número de consultas por semana, o valor de cada uma delas, a data do pagamento (na consulta, na semana ou no mês), o prazo do contrato que será, em

geral, indeterminado, o foro para discussão do contrato – preferencialmente o do local da prestação de serviços.

Quando a/o psicólogo/a deixa de receber pelos serviços prestados poderá ingressar com uma ação de cobrança no Juizado Especial Cível (Pequenas Causas) se o valor for inferior a 40 salários mínimos. Nesses casos, não há necessidade de contratar um advogado.

Atendimento e avaliação psicológica com intérprete

Os questionamentos mais comuns que vêm sendo feitos ao Conselho Regional de Psicologia tratam da avaliação psicológica e atendimento de estrangeiros ou de pessoas com deficiência.



No caso da avaliação ser realizada com estrangeiros ou pessoas com deficiência para o desempenho de determinada atividade, a/o psicóloga/o deverá levar em consideração se o fato de o avaliado possuir alguma dificuldade de comunicação trará prejuízos ou não ao desempenho da função que está almejando. Nesse sentido, o fato de o estrangeiro não compreender o português ou do avaliado não possuir audição plena, por exemplo, pode indicar à/ao psicóloga/o uma dificuldade de resposta ou compreensão de comandos ou condutas apropriadas em situações de risco. Desta forma, a presença de um intérprete nestas situações poderá mascarar dificuldades importantes de serem avaliadas, como no caso das avaliações para trabalho em espaço confinado, por exemplo.

Em outras situações, em que a compreensão do idioma ou a deficiência somente serão interferências no momento da avaliação, mas não necessariamente em limitações significativas do trabalho posteriores à avaliação, poderá a/o psicóloga/o utilizar o intérprete, desde que o avaliado aceite a presença do intérprete e que este esteja compromissado com o sigilo das informações. Nesse caso, a/o psicóloga/o deverá levar em conta a interferência do profissional durante o processo de avaliação ou atendimento.

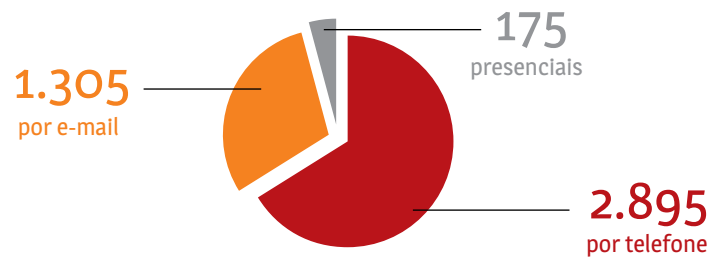
Ainda, conforme o artigo 1º, alínea “b” do Código de Ética Profissional do Psicólogo, é dever fundamental da/o psicóloga/o assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitada/o pessoal, teórica e tecnicamente. Assim, a capacidade de atender a pacientes com deficiência ou estrangeiros será uma decisão técnica e pessoal da/o psicóloga/o. Sendo assim, não há restrição quanto à presença de um intérprete durante o atendimento ou avaliação psicológica, desde que com a anuência do paciente e da/o psicóloga/o.

Quanto à utilização de testes psicológicos, deverá ser feita conforme a previsão do manual dos instrumentos, portanto, é necessária a verificação de cada instrumento sobre a sua aplicabilidade em estrangeiros ou pessoas com deficiência.

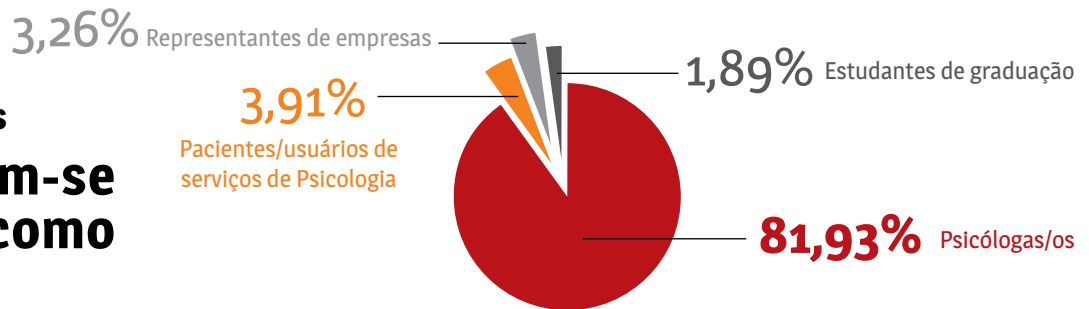
ÁREA TÉCNICA DO CRPRS

Coordenação Técnica: Letícia Giannchini
Psicólogos/os Fiscais: Adriana Dal Orsoletta Gastal,
Alyne Zgievski Barreto, Flávia Cardozo de Mattos,
Lúcia Regina Cogo e Lucio Fernando Garcia

Em **2016**
foram prestadas
4.375
orientações técnicas



As/Os usuárias/os
identificaram-se
como



Psicólogas/os de **230** municípios receberam orientações

64%
da Região
Metropolitana

19,66%
da Região
da Serra

9,86%
da Região
Centro-Oeste

4,92%
da Região
Sul

Temas de orientação mais frequentes

8,76%
Avaliação
psicológica

7,32%
Emissão, guarda e encaminhamento
de documentos

7,32%
Título de
especialista

7,32%
Inscrição de
pessoa jurídica

As dúvidas das/os psicólogas/os estavam relacionadas ao fazer das áreas

31,65%
Clínica

5,83%
Políticas
Públicas

4,85%
Psicologia Organizacional
e do Trabalho

A Área Técnica também verificou 397 pedidos de cancelamentos de pessoa física e analisou 48 pedidos de cadastramento de sites para prestação de atendimentos online.

Em 2016 a política de fiscalização foi orientada para atualizar as visitas às pessoas jurídicas inscritas no CRPRS. De um total de 71 instituições inscritas no ano, 22,5% foram fiscalizadas.

Para 2017 o foco está sendo as fiscalizações dos pedidos de cancelamento de inscrição de pessoas físicas.

Quem faz a Área Técnica

A Área Técnica do CRPRS é composta por 5 psicólogas/os fiscais: Letícia Gianechini (Coordenação), Adriana Dal Orsoletta Gastal, Alyne Zgievski Barreto, Flávia Cardozo de Mattos, Lúcia Regina Cogo e Lucio Fernando Garcia; e 1 assistente administrativa, Célia Vitt.

A Área Técnica do CRPRS está à disposição da categoria e da sociedade orientando e esclarecendo dúvidas sobre o exercício profissional da Psicologia.



Área Técnica do CRPRS

orientec@crprs.org.br

(51) 3334.6799

0800.001.0707

Pessoalmente na sede e nos plantões de atendimento nas subdesdes, divulgados no site crprs.org.br/atividades.

Programa-se

GRUPO DE ESTUDO | Introdução à Metapsicologia Freudiana

Porto Alegre/RS
(51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

GRUPO DE ESTUDO | Núcleo do Comportamento Alimentar

Encontros mensais (sextas-feiras)
Porto Alegre/RS
(51) 3022-3006
curso.intcc@gmail.com
www.intcc.com.br

GRUPO DE ESTUDO | Temas Psicanalíticos: três ensaios sobre a teoria da sexualidade na atualidade

Lajeado/RS
(51) 3209-6524
esipp.lajeado@outlook.com
www.esipp.com.br

GRUPO DE ESTUDO | Grupo de Estudos Específicos: Manejo Clínico das Terapias Cognitivas

Porto Alegre/RS
(51) 3333-2123
neapterapiascognitivas@neapc.com.br
www.neapc.com.br

GRUPO DE ESTUDO | Abordagem Centrada na Pessoa (ACP)

Novo Hamburgo/RS
(51) 3527-4816
agaph@agaph.com.br

GRUPO DE ESTUDO | Reflexões sobre a Escuta Psicanalítica – teoria e prática

Porto Alegre/RS
(51) 3331-8586
sprgs@sprgs.org.br
www.sprgs.org.br

GRUPO DE ESTUDO | André Green

Encontros mensais (quartas-feiras)
Novo Hamburgo/RS
(51) 3581-4055
contato@ipsi.com.br
www.ipsi.com.br

GRUPO DE ESTUDO | Sandor Ferenczi

Encontros mensais (sextas-feiras)
Novo Hamburgo/RS
(51) 3581-4055
contato@ipsi.com.br
www.ipsi.com.br

GRUPO DE ESTUDO | Conversando com Freud: uma introdução

Encontros mensais (terças-feiras)
Novo Hamburgo/RS
(51) 3581-4055
contato@ipsi.com.br
www.ipsi.com.br

GRUPO DE ESTUDO | Pensando com Bion

Encontros mensais (quartas-feiras)
Novo Hamburgo/RS
(51) 3581-4055
contato@ipsi.com.br
www.ipsi.com.br

GRUPO DE ESTUDO | Grupo de Observação de Bebês

Encontros semanais (segundas-feiras)
Novo Hamburgo/RS
(51) 3581-4055
clairtonrs@hotmail.com
www.ipsi.com.br

CURSO | Formação em Psicoterapia Psicanalítica

Encontros quinzenais
Porto Alegre/RS
(51) 3209-6524
esipp@esipp.com.br
www.esipp.com.br

Agosto

CURSO | Avaliação Clínica e Procedimentos Terapêuticos em Terapias Cognitivas

Agosto/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3333-2123
neapterapiascognitivas@neapc.com.br
www.neapc.com.br

CURSO | 8º Curso Intensivo de Formação em Avaliação Clínica: diagnóstico e instrumentos de avaliação clínica

Início em agosto/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3333-2123
neapterapiascognitivas@neapc.com.br
www.neapc.com.br

CURSO | Aperfeiçoamento em Terapias Cognitivas: teoria e técnica

Agosto de 2017 a junho de 2019
(inscrições até 18/08/2017)
Porto Alegre/RS
(51) 3332-3877
daniela.lumertz@wainerpsicologia.com.br
www.wainerpsicologia.com.br

CURSO | Especialização em Intervenções em Situações de Luto

Início em agosto de 2017
Porto Alegre/RS
(51) 3346-1525
ensino@cefipoa.com.br
www.cefipoa.com.br

CURSO | Psicoterapia na Velhice?

12, 19 e 26/08/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

CURSO | Formação em Transtornos Alimentares e Obesidade

Agosto de 2017 a dezembro de 2018
(inscrições até 11/08/2017)
Porto Alegre/RS
(51) 3332-3877
daniela.lumertz@wainerpsicologia.com.br
www.wainerpsicologia.com.br

WORKSHOP | Grupo de Promoção de Qualidade de Vida Baseado em Mindfulness

Início em 14/08/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3022-3006
curso.intcc@gmail.com
www.intcc.com.br

SIMPÓSIO | Simpósio de Psicologia da Socergs

18 e 19/08/2017
Gramado/RS
(51) 3230-3913
psicologia.clinica@cardiologia.org.br
www.socergs.org.br/congresso2017

GRUPO DE ESTUDO | Introdução ao Pensamento de Winnicott

18/08 a 08/12/2017
Encontros mensais (quartas-feiras)
Porto Alegre/RS
(51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

CONGRESSO | II Congresso Wainer de Psicoterapias Cognitivas

24, 25 e 26/08/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3332-3249
daniela.lumertz@wainerpsicologia.com.br
www.congressowainer.com.br

CURSO | Avaliação da Personalidade através do H-T-P (House-Tree-Person)

25/08/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3350-5042
curso@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

CURSO | Especialização em Neuropsicologia – avaliação e reabilitação

Início em 19/08/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3350-5042
roberta@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Setembro

JORNADA | XX Jornada do ESIPP: Mundo Interno e Transformações

01 e 02/09/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3209-6524
esipp@esipp.com.br
www.esipp.com.br

CURSO | Iniciando-se na Técnica da Clínica Psicanalítica

Setembro de 2017
Porto Alegre/RS
(51) 3331-3781
contato@gaepsi.com.br
www.gaepsi.com.br

GRUPO DE ESTUDO | Obra de Melanie Klein

04/09 a 30/10/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

CONGRESSO | IX Congresso Brasileiro e VI Congresso Internacional de Terapia Comunitária Integrativa

13 a 16/09/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3737-1261
secretaria@congressotc2017.com.br
www.congressotc2017.com.br

CURSO | Psicopatologia – Autores Contemporâneos: Meltzer Ogden, Green e McDougal

16/09 a 07/10/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

SIMPÓSIO | IV Simpósio Sul-Brasileiro de Psicologia Jurídica

21 a 23/09/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3330-4000
simposiojuridica@terra.com.br
www.simposiojuridica.com.br

CURSO | Internação Psiquiátrica – hospitalar e domiciliar

26/09/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

JORNADA | VI Jornada de Pesquisa em Psicologia da Unisc

28 e 29/09/2017
Santa Cruz do Sul/RS
(51) 3717-7388
cristianefr@unisc.br
www.unisc.br/site/vipsico

CURSO | 2ª Formação em Psicologia Organizacional

Início em 02/09/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3350-5042
roberta@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

CURSO | SON-R 2 1/2-7 – avaliação da inteligência geral

23/09/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3350-5042
cursos@nucleomedicopsicologico.com.br
www.nucleomedicopsicologico.com.br

Outubro

CURSO | Técnica de Psicoterapia Psicanalítica para Iniciantes

02/10 a 06/11/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

CURSO | TREC

14/10/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3022-3006
curso.intcc@gmail.com
www.intcc.com.br

CURSO | Psicofármacos – mitos e realidades

24/10/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3311-3008
itipoa@itipoa.com.br
www.itipoa.com.br

Novembro

CURSO | Atualização em Avaliação e Diagnóstico Psicológico

10/11 a 09/12/2017
Porto Alegre/RS
(51) 3232-1800
amanda.almeida@imed.edu.br
www.pos.imed.edu.br

Quer divulgar a atividade de sua instituição neste espaço?

O EntreLinhas 77 chegará às/aos psicólogas/os em dezembro. Para divulgar sua atividade na próxima edição, preencha o formulário no link crprs.org.br/solicitardivulgacao até 20/10.

A atividade será avaliada pela Área Técnica do Conselho e, sendo aprovada, será publicada na Agenda de Atividades de outras Instituições do site do CRPRS e do EntreLinhas.

a Psicologia

FAZ A
DIFERENÇA

NAS ORGANIZAÇÕES, A PSICOLOGIA CONTRIBUI PARA A MELHORIA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO, O FORTALECIMENTO DAS EQUIPES E A INCLUSÃO DE PESSOAS. A PSICÓLOGA E O PSICÓLOGO TRABALHAM PARA AMPLIAR IDEIAS E APROXIMAR PESSOAS, MOSTRANDO QUE ONDE A PSICOLOGIA ESTÁ, ELA FAZ A DIFERENÇA.

27 DE AGOSTO. DIA DA/O PSICÓLOGA/O.



USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS		REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	____/____/____ RESPONSÁVEL
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> CEP	
<input type="checkbox"/> FALECIDO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO	
<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO	

Endereço para devolução: Agência Rio Branco – CEP 90410-973